



ATA DE REALIZAÇÃO DA DISPENSA Nº 018/2024-DE

Aos trinta dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro, às oito horas e trinta minutos, reuniram-se o Agente de Contratação do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 070602/2024, a fim de realizar os procedimentos da Sessão de Dispensa Eletrônica de Licitação acima mencionada, de acordo com o Aviso de Dispensa Eletrônica e seus respectivos anexos, publicados aos vinte e quatro dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 14.133 de 1 de abril de 2021, referente ao Processo Administrativo nº 049/2024, para realizar os procedimentos relativos Dispensa Eletrônica nº 018/2024-DE.

Objeto: Contratação de empresa especializada em assessoria e consultoria para gestão empresarial e em ações governamentais voltadas a geração de trabalho, emprego e renda, com apoio as vocações econômicas e desenvolvimento local e o fortalecimento da cultura empreendedora para atender as necessidades da Secretaria do Trabalho e Assistência Social do município de Pedra Branca - CE.

O Agente de Contratação abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no aviso de dispensa eletrônica de licitação, passando a análise das propostas recebidas, via sistema de dispensa eletrônica.

PROPOSTAS RECEBIDAS

CNPJ/CPF	FORNECEDOR	ME/EPP	VALOR (R\$)	DATA/HORA
24.606.111/0001-04	F L FREITAS GOMES	SIM	32.000,00	28/10/2024 09:01:46
19.384.638/0001-00	FDA SERVICOS LTDA	SIM	36.250,00	28/10/2024 11:04:11
27.105.515/0001-02	O DOS REIS BRANDAO EIRELI	SIM	28.625,00	28/10/2024 13:07:57
52.639.197/0001-07	ASSUM PRETO PRODUcoes CULTURAI S & CONSULTORIA LTDA	SIM	37.665,00	28/10/2024 21:03:59
26.512.270/0001-75	IZAURA GOMES DO NASCIMENTO DE OLIVEIRA	SIM	37.666,65	29/10/2024 13:25:31
53.775.924/0001-26	A V V ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA	SIM	32.500,00	29/10/2024 14:39:52
40.948.836/0001-37	CONDUE ASSESSORIA CONTABIL LTDA	SIM	34.940,00	30/10/2024 07:57:29
15.294.308/0001-64	EXITO CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA	SIM	32.500,00	30/10/2024 08:17:49
24.685.031/0001-91	AZURE EVENTOS E PROJETOS LTDA	SIM	37.500,00	30/10/2024 08:23:36



PEDRA BRANCA

ADMINISTRAÇÃO 2023/2024



Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

item 1 - Contratação de empresa especializada em assessoria e consultoria para gestão empresarial e em ações governamentais voltadas a geração de trabalho, emprego e renda.

Proposta: Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.

CNPJ/CPF	FORNECEDOR	PORTE ME/EPP	DECLARAÇÃO ME/EPP/COOP	QTD	V.UNIT(RS)	V.TOTAL(RS)	DATA/HORA
53.775.924/0001-26	A V V ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA	SIM	SIM	5.0	6.500,00	32.500,00	29/10/2024 14:39:52
	Marca: b'PROPRIA' Fabricante: -- Modelo / Versão: -- Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Empresa especializada em assessoria e consultoria para gestão empresarial e em ações governamentais voltadas a geração de trabalho, emprego e renda, com apoio as vocações econômicas e desenvolvimento local e o fortalecimento da cultura empreendedora. A prestação de serviços incluirá análise e otimização de processos internos, desenvolvimento de planos de negócios, implementação de práticas de governança corporativa, onde será realizado acompanhamento constante, gerenciamento e monitoramento relacionado às questões, das atividades e seus impactos gerados pelos equipamentos públicos de competência desta Secretaria, tendo como intuito primordial atender as recomendações dos órgãos e leis vigentes relacionadas a este assunto						
27.105.515/0001-02	O DOS REIS BRANDAO EIRELI	SIM	SIM	5.0	5.725,00	28.625,00	28/10/2024 13:07:57
	Marca: b'PROPRIA' Fabricante: -- Modelo / Versão: -- Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Empresa especializada em assessoria e consultoria para gestão empresarial e em ações governamentais voltadas a geração de trabalho, emprego e renda, com apoio as vocações econômicas e desenvolvimento local e o fortalecimento da cultura empreendedora. A prestação de serviços incluirá análise e otimização de processos internos, desenvolvimento de planos de negócios, implementação de práticas de governança corporativa, onde será realizado acompanhamento constante, gerenciamento e monitoramento relacionado às questões, das atividades e seus impactos gerados pelos equipamentos públicos de competência desta Secretaria, tendo como intuito primordial atender as recomendações dos órgãos e leis vigentes relacionadas a este assunto						
26.512.270/0001-75	IZAURA GOMES DO NASCIMENTO DE OLIVEIRA	SIM	SIM	5.0	7.533,33	37.666,65	29/10/2024 13:25:31
	Marca: b'servi\xc3\xa7o' Fabricante: servi\ncio Modelo / Versão: servi\ncio Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Contratação de empresa especializada em assessoria e consultoria para gestão empresarial e em ações governamentais voltadas a geração de trabalho, emprego e renda. Empresa especializada em assessoria e consultoria para gestão empresarial e em ações governamentais voltadas a geração de trabalho, emprego e renda, com apoio as vocações econômicas e desenvolvimento local e o fortalecimento da cultura empreendedora. A prestação de serviços incluirá análise e otimização de processos internos, desenvolvimento de planos de negócios, implementação de práticas de governança corporativa, onde será realizado acompanhamento constante, gerenciamento e monitoramento relacionado às questões, das atividades e seus impactos gerados pelos equipamentos públicos de competência desta Secretaria, tendo como intuito primordial atender as recomendações dos órgãos e leis vigentes relacionadas a este assunto						
52.639.197/0001-07	ASSUM PRETO PRODUCOES CULTURAIS & CONSULTORIA LTDA	SIM	SIM	5.0	7.533,00	37.665,00	28/10/2024 21:03:59
	Marca: b'PROPRIA' Fabricante: -- Modelo / Versão: -- Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Empresa especializada em assessoria e consultoria para gestão empresarial e em ações governamentais voltadas a geração de trabalho, emprego e renda, com apoio as vocações econômicas e desenvolvimento local e o fortalecimento da cultura empreendedora. A prestação de serviços incluirá análise e otimização de processos internos, desenvolvimento de planos de negócios, implementação de práticas de governança corporativa, onde será realizado acompanhamento constante, gerenciamento e monitoramento relacionado às questões, das atividades e seus impactos gerados pelos equipamentos públicos de competência desta Secretaria, tendo como intuito primordial atender as recomendações dos órgãos e leis vigentes relacionadas a este assunto						

Prefeitura Municipal de Pedra Branca

CNPJ n.º 07.726.540/0001-04 - Fone: (88) 3512-2437 – Sítio eletrônico: www.pedrabranca.ce.gov.br
R. José Joaquim de Sousa, S/N, Centro, Pedra Branca-CE, CEP 63.630-000



PEDRA BRANCA

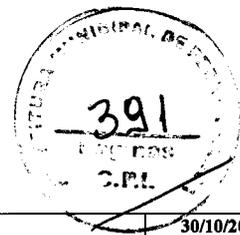
ADMINISTRAÇÃO 2021/2024



	e monitoramento relacionado às questões, das atividades e seus impactos gerados pelos equipamentos públicos de competência desta Secretaria, tendo como intuito primordial atender as recomendações dos órgãos e leis vigentes relacionadas a este assunto						
19.384.638/0001-00	FDA SERVICOS LTDA	SIM	SIM	5.0	7.250,00	36.250,00	28/10/2024 11:04:11
	Marca: b'PROPRIA' Fabricante: -- Modelo / Versão: -- Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Empresa especializada em assessoria e consultoria para gestão empresarial e em ações governamentais voltadas a geração de trabalho, emprego e renda, com apoio as vocações econômicas e desenvolvimento local e o fortalecimento da cultura empreendedora. A prestação de serviços incluirá análise e otimização de processos internos, desenvolvimento de planos de negócios, implementação de práticas de governança corporativa, onde será realizado acompanhamento constante, gerenciamento e monitoramento relacionado às questões, das atividades e seus impactos gerados pelos equipamentos públicos de competência desta Secretaria, tendo como intuito primordial atender as recomendações dos órgãos e leis vigentes relacionadas a este assunto						
40.948.836/0001-37	CONDUE ASSESSORIA CONTABIL LTDA	SIM	SIM	5.0	6.988,00	34.940,00	30/10/2024 07:57:29
	Marca: b'-' Fabricante: PROPRIO Modelo / Versão: PRÓPRIO Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Empresa especializada em assessoria e consultoria para gestão empresarial e em ações governamentais voltadas a geração de trabalho, emprego e renda, com apoio as vocações econômicas e desenvolvimento local e o fortalecimento da cultura empreendedora. A prestação de serviços incluirá análise e otimização de processos internos, desenvolvimento de planos de negócios, implementação de práticas de governança corporativa, onde será realizado acompanhamento constante, gerenciamento e monitoramento relacionado às questões, das atividades e seus impactos gerados pelos equipamentos públicos de competência desta Secretaria, tendo como intuito primordial atender as recomendações dos órgãos e leis vigentes relacionadas a este assunto						
24.685.031/0001-91	AZURE EVENTOS E PROJETOS LTDA	SIM	SIM	5.0	7.500,00	37.500,00	30/10/2024 08:23:36
	Marca: b'AZURE EVENTOS' Fabricante: Azure Modelo / Versão: prestação de serviços Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Empresa especializada em assessoria e consultoria para gestão empresarial e em ações governamentais voltadas a geração de trabalho, emprego e renda, com apoio as vocações econômicas e desenvolvimento local e o fortalecimento da cultura empreendedora. A prestação de serviços incluirá análise e otimização de processos internos, desenvolvimento de planos de negócios, implementação de práticas de governança corporativa, onde será realizado acompanhamento constante, gerenciamento e monitoramento relacionado às questões, das atividades e seus impactos gerados pelos equipamentos públicos de competência desta Secretaria, tendo como intuito primordial atender as recomendações dos órgãos e leis vigentes relacionadas a este assunto						
15.294.308/0001-64	EXITO CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA	NÃO	SIM	5.0	6.500,00	32.500,00	30/10/2024 08:17:49
	Marca: b'-' Fabricante: -- Modelo / Versão: -- Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Empresa especializada em assessoria e consultoria para gestão empresarial e em ações governamentais voltadas a geração de trabalho, emprego e renda, com apoio as vocações econômicas e desenvolvimento local e o fortalecimento da cultura empreendedora. A prestação de serviços incluirá análise e otimização de processos internos, desenvolvimento de planos de negócios, implementação de práticas de governança corporativa, onde será realizado acompanhamento constante, gerenciamento e monitoramento relacionado às questões, das atividades e seus impactos gerados pelos equipamentos públicos de competência desta Secretaria, tendo como intuito primordial atender as recomendações dos órgãos e leis vigentes relacionadas a este assunto						
24.606.111/0001-04	F L FREITAS GOMES	SIM	SIM	5.0	6.400,00	32.000,00	28/10/2024 09:01:46
	Marca: b'FL ASSESSORIA' Fabricante: -- Modelo / Versão: -- Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Empresa especializada em assessoria e consultoria para gestão empresarial e em ações governamentais voltadas a geração de trabalho, emprego e renda, com apoio as vocações econômicas e desenvolvimento local e o fortalecimento da cultura empreendedora. A prestação de serviços incluirá análise e otimização de processos internos, desenvolvimento de planos de negócios, implementação de práticas de governança corporativa, onde será realizado acompanhamento constante, gerenciamento e monitoramento relacionado às questões, das atividades e seus impactos gerados pelos equipamentos públicos de competência desta Secretaria, tendo como intuito primordial atender as recomendações dos órgãos e leis vigentes relacionadas a este assunto						

LANCES

EVENTO	OBSERVAÇÕES	CNPJ/CPF	VALOR	DATA/HORA
--------	-------------	----------	-------	-----------



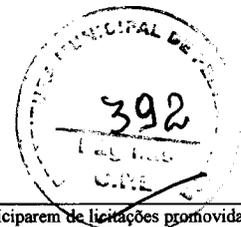
Encerramento	Encerrada a fase de lances	30/10/2024 08:34:10
Proposta aceita	Proposta aceita para a participante O DOS REIS BRANDAO EIRELI inscrito no CNPJ/MF Nº 27.105.515/0001-02, no valor de R\$ 5.725,00 (cinco mil, setecentos e vinte e cinco reais)	30/10/2024 09:14:03
Inabilitado	A participante O DOS REIS BRANDAO EIRELI inscrito no CNPJ/MF Nº 27.105.515/0001-02, R\$ 5.725,00 foi inabilitado. Motivo: A empresa fica inabilitada por apresentar atestado de capacidade técnica incompatível com o objeto da licitação, não atendendo ao item 5.1.4 do certame.	30/10/2024 11:21:52
Convocação	Participante F L FREITAS GOMES inscrito no CNPJ/MF Nº 24.606.111/0001-04, foi convocada.	30/10/2024 11:21:58
Proposta aceita	Proposta aceita para a participante F L FREITAS GOMES inscrito no CNPJ/MF Nº 24.606.111/0001-04, no valor de R\$ 6.400,00 (seis mil, quatrocentos reais)	30/10/2024 11:24:02
Inabilitado	A participante F L FREITAS GOMES inscrito no CNPJ/MF Nº 24.606.111/0001-04, R\$ 6.400,00 foi inabilitado. Motivo: A empresa fica inabilitada por apresentar atestado de capacidade técnica incompatível com o objeto da licitação, não atendendo ao item 5.1.4 do certame.	30/10/2024 13:41:05
Convocação	Participante A V V ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA inscrito no CNPJ/MF Nº 53.775.924/0001-26, foi convocada.	30/10/2024 13:41:10
Proposta aceita	Proposta aceita para a participante A V V ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA inscrito no CNPJ/MF Nº 53.775.924/0001-26, no valor de R\$ 6.500,00 (seis mil, quinhentos reais)	30/10/2024 13:42:42
Habilitado	Habilitada a participante A V V ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA inscrito no CNPJ/MF Nº 53.775.924/0001-26	30/10/2024 15:58:51
Declarado vencedor	Declarado vencedor a participante A V V ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA inscrito no CNPJ/MF Nº 53.775.924/0001-26, no valor de R\$ 6.500,00 (seis mil, quinhentos reais)	30/10/2024 15:59:48

DO(S) LICITANTE(S) DECLARADO(S) VENCEDOR(ES)

Evento	Observação	Data/Hora
Declarado vencedor	Declarado vencedor a participante A V V ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA inscrito no CNPJ/MF Nº 53.775.924/0001-26	30/10/2024 15:59:48

DEMAIS MENSAGENS - CHAT

	Data	Mensagem
Agente	30/10/2024 08:34:10	PREZADOS PARTICIPANTES, estamos iniciando nosso certame referente a Dispensa Eletrônica nº. 018/2024-DE. Gostaria de agradecer a todos pela participação.
Agente	30/10/2024 08:34:27	Bom dia, Senhores licitantes. Estou iniciando os procedimentos relativos a esta Dispensa Eletrônica 018/2024.
Agente	30/10/2024 08:34:34	Nesta oportunidade e A TÍTULO DE COLABORAÇÃO farei alguns AVISOS:
Agente	30/10/2024 08:34:47	a) Informo que sempre comunico pelo CHAT, dentro de cada Sessão, a data e o horário das próximas Sessões.
Agente	30/10/2024 08:34:47	a) Informo que sempre comunico pelo CHAT, dentro de cada Sessão, a data e o horário das próximas Sessões.
Agente	30/10/2024 08:34:57	b) Todos os senhores, ao participarem de licitações promovidas pelos entes da Administração Pública, firmam termo de que conhecem as disposições contidas nos editais e de que reúnem todos os requisitos para as suas participações. Então, sabem que declarar que reúnem essas condições sem tê-las, pode acarretar proposta de sanção.



Agente	30/10/2024 08:35:07	c) Todos os senhores, ao participarem de licitações promovidas pelos entes da Administração Pública firmam termo de que conhecem as disposições contidas nos editais que participam. Sabem, por consequência, que declarar que possuem condições de participação sem tê-las, pode acarretar proposta de sanção. Por esse motivo, solicito que encarem o processo licitatório com seriedade e atenção.
Agente	30/10/2024 08:35:33	Peço-lhes que acompanhem este processo até o seu desfecho, pois conforme determina o Edital 018/2024, o licitante que deixar de responder qualquer convocação/mensagem do Pregoeiro será responsável pelo ônus decorrente da perda de negócio e ficará sujeito a eventuais sanções.
Agente	30/10/2024 09:13:51	Senhores licitantes, levando em consideração a seriedade e direito de todos os participantes, comunico que a contar desta solicitação, dou início ao prazo de 120 (cento e vinte) minutos, para que a empresa vencedora apresente ou até mesmo verifique sua habilitação para o certame, após encerrado o prazo, será analisado os documentos já anexados. Informo que qualquer habilitação anexada após o prazo finalizado, será desconsiderado e invalidado.
Agente	30/10/2024 09:14:22	O(A) Agente de contratação solicita a participante O DOS REIS BRANDAO EIRELI inscrita no CNPJ/MF Nº 27.105.515/0001-02, os documentos habilitatórios até a data: 30/10/2024 às 11:15.
Agente	30/10/2024 11:21:52	Participante O DOS REIS BRANDAO EIRELI inscrita no CNPJ/MF Nº 27.105.515/0001-02 foi inabilitada do(s) item 1 - Contratação de empresa especializada em assessoria e consultoria para gestão empresarial e em ações governamentais voltadas a geração de trabalho, emprego e renda. pelo Agente de contratação. Motivo: A empresa fica inabilitada por apresentar atestado de capacidade técnica incompatível com o objeto da licitação, não atendendo ao item 5.1.4 do certame.
Agente	30/10/2024 11:21:52	Participante O DOS REIS BRANDAO EIRELI inscrita no CNPJ/MF Nº 27.105.515/0001-02 foi inabilitada pelo Agente de contratação. Motivo: A empresa fica inabilitada por apresentar atestado de capacidade técnica incompatível com o objeto da licitação, não atendendo ao item 5.1.4 do certame.
Agente	30/10/2024 11:24:21	Senhores licitantes, levando em consideração a seriedade e direito de todos os participantes, comunico que a contar desta solicitação, dou início ao prazo de 120 (cento e vinte) minutos, para que a empresa vencedora apresente ou até mesmo verifique sua habilitação para o certame, após encerrado o prazo, será analisado os documentos já anexados. Informo que qualquer habilitação anexada após o prazo finalizado, será desconsiderado e invalidado.
Agente	30/10/2024 11:24:43	O(A) Agente de contratação solicita a participante F L FREITAS GOMES inscrita no CNPJ/MF Nº 24.606.111/0001-04, os documentos habilitatórios até a data: 30/10/2024 às 13:25.
Agente	30/10/2024 13:41:05	Participante F L FREITAS GOMES inscrita no CNPJ/MF Nº 24.606.111/0001-04 foi inabilitada do(s) item 1 - Contratação de empresa especializada em assessoria e consultoria para gestão empresarial e em ações governamentais voltadas a geração de trabalho, emprego e renda. pelo Agente de contratação. Motivo: A empresa fica inabilitada por apresentar atestado de capacidade técnica incompatível com o objeto da licitação, não atendendo ao item 5.1.4 do certame.
Agente	30/10/2024 13:41:05	Participante F L FREITAS GOMES inscrita no CNPJ/MF Nº 24.606.111/0001-04 foi inabilitada pelo Agente de contratação. Motivo: A empresa fica inabilitada por apresentar atestado de capacidade técnica incompatível com o objeto da licitação, não atendendo ao item 5.1.4 do certame.
Agente	30/10/2024 13:42:55	Senhores licitantes, levando em consideração a seriedade e direito de todos os participantes, comunico que a contar desta solicitação, dou início ao prazo de 120 (cento e vinte) minutos, para que a empresa vencedora apresente ou até mesmo verifique sua habilitação para o certame, após encerrado o prazo, será analisado os documentos já anexados. Informo que qualquer habilitação anexada após o prazo finalizado, será desconsiderado e invalidado.
Agente	30/10/2024 13:43:18	O(A) Agente de contratação solicita a participante A V V ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA inscrita no CNPJ/MF Nº 53.775.924/0001-26, os documentos habilitatórios até a data: 30/10/2024 às 15:44.
Agente	30/10/2024 15:59:48	Participante A V V ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA inscrita no CNPJ/MF Nº 53.775.924/0001-26 foi declarada vencedora do(s) item 1 - Contratação de empresa especializada em assessoria e consultoria para gestão



PEDRA BRANCA

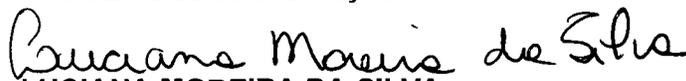
ADMINISTRAÇÃO 2021/2024



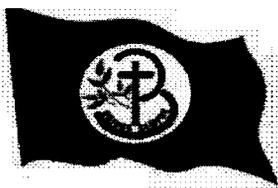
		empresarial e em ações governamentais voltadas a geração de trabalho, emprego e renda..
Agente	30/10/2024 16:01:29	SENHORES LICITANTES: Agradeço, em nome da Prefeitura Municipal de Pedra Branca - Ceará, a participação de todos no presente certame, bem como pelo elevado nível de profissionalismo de todos na condução e desenvolvimento deste Processo. Grato.
Agente	30/10/2024 16:08:31	SENHORES LICITANTES: Após análise das habilitações e propostas, fica habilitada e classificada a empresa ganhadora e seu respectivo item.

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal nos termos da legislação vigente. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão aos trinta dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio.


PEDRO AMARO NUNES
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

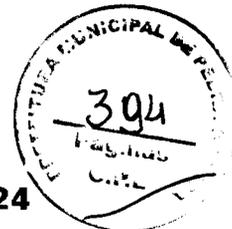

LUCIANA MOREIRA DA SILVA
EQUIPE DE APOIO


FRANCISCO THADEU MATOS DE ASSIS
EQUIPE DE APOIO



**PEDRA
BRANCA**

ADMINISTRAÇÃO 2021/2024



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 049/2024
DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 018/2024-DE

A Comissão de Contratação da Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social, consoante autorização do(a) Ilustríssimo(a) Senhor(a) JOHN CARLOS SOUZA GALDINO, Ordenador de Despesas da Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social, vem apresentar justificativas concernente à dispensa eletrônica de licitação, para atendimento do objeto demandado no Processo Administrativo supracitado.

I - DA NECESSIDADE DO OBJETO

Trata os presentes autos de procedimento que tem por objeto a Contratação de empresa especializada em assessoria e consultoria para gestão empresarial e em ações governamentais voltadas a geração de trabalho, emprego e renda, com apoio as vocações econômicas e desenvolvimento local e o fortalecimento da cultura empreendedora para atender as necessidades da Secretaria do Trabalho e Assistência Social do município de Pedra Branca - CE., junto à A V V ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA.

Após análise da proposta apresentada eletronicamente pela indigitada proponente, verificamos que atende as necessidades do(a) Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social, visando atender a demanda da edilidade, restando, portanto, caracterizada a oportunidade, conveniência e necessidade da presente contratação.

II - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

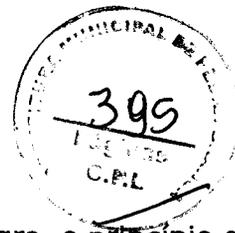
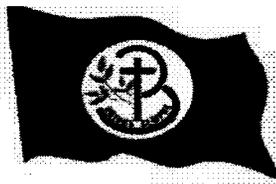
O Processo administrativo de dispensa de licitação está devidamente instruído e autuado com os elementos necessários à sua instauração, incluindo:

- a) Exposição de motivos firmada atestando as necessidades de contratação, acompanhada do termo de referência/projeto básico;
- b) Documentos comprovando a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista do futuro contratado;
- c) Estimativa de despesas;
- d) Pesquisa de preços;
- e) demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- f) comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- g) Razão da escolha do fornecedor;
- h) Justificativa do preço.

A partir daí passamos a mencionar as razões para que a presente dispensa de licitação seja formalizada nos termos da Lei.

Prefeitura Municipal de Pedra Branca

CNPJ n.º 07.726.540/0001-04 - Fone: (88) 3512-2437 - Sítio eletrônico: www.pedrabranca.ce.gov.br
R. José Joaquim de Sousa, S/N, Centro, Pedra Branca-CE, CEP 63.630-000



NOÇÕES GERAIS

As aquisições e contratações públicas seguem, em regra, o princípio do dever de licitar, previsto no artigo 37, inciso XXI da Constituição. Porém, o comando constitucional já enuncia que a lei poderá estabelecer exceções à regra geral, com a expressão "ressalvados os casos especificados na legislação".

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo 37 inciso XXI da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio trazido para a Administração Pública, via aprovação e sanção de lei na esfera federal, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Portanto, a lei poderá criar hipóteses em que a contratação será feita de forma direta. O novo regulamento geral das licitações, a Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021, a exemplo da Lei nº 8.666/93, também prevê os casos em que se admite a contratação direta, podendo a licitação ser dispensável ou inexigível.

A nova Lei de Licitações, sancionada no dia 01 de Abril de 2021, trouxe inovações diversas, inclusive adequou os limites de dispensa de licitação em seu artigo 75, inciso II, que assim preconizou:

Da Dispensa de Licitação

para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos), no caso de outros serviços e compras



REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO NAS HIPÓTESES EM QUE É PERMITIDA A CONTRATAÇÃO DIRETA

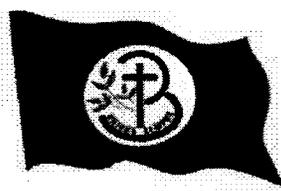
Configurada a permissão legislativa de se contratar diretamente, cabe ao gestor a livre escolha de se realizar ou não o certame licitatório. Ainda que se justifique que a licitação seria o meio mais adequado a resguardar a isonomia e impessoalidade na contratação, cumpre ressaltar que, apesar de viável, o processo licitatório possui um alto custo administrativo (até por ser conhecidamente mais demorado), sendo improvável que a economia a ser obtida seja suficiente para cobri-lo, além de ser um procedimento mais demorado.

Por fim, aprofundando-se a análise, não constitui a licitação um fim em si mesmo, de forma que o dever de licitar precisa ser aplicado em consonância com os demais princípios aplicáveis à Administração. A Lei nº 14.133 de 1 de abril de 201 traz grande quantidade de novos princípios para reger as licitações e os contratos administrativos. Os novos princípios estão grifados abaixo, no trecho do artigo 5º do seu texto:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Os objetivos da licitação, que na Lei nº 8.666/93 são chamados de finalidades da licitação, atualmente, pela Lei nº 14.133/2021, são os que seguem: , .

- a) Garantir a observância do princípio constitucional da isonomia;
- b) Seleção da proposta mais vantajosa para a administração;
- c) Promoção do desenvolvimento nacional sustentável.
- d) A Nova Lei de Licitações mantém a mesma ideia e traz dois novos objetivos:
 - e) Assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso;
 - f) Assegurar tratamento isonômico;
 - g) Incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável;
 - h) Justa competição;
 - i) Evitar contratações com sobrepreço, com preços manifestamente inexecutáveis e superfaturamento.



Portanto, para que não afronte outros princípios aplicáveis à gestão pública, deve o administrador, nas hipóteses de dispensa de licitação, selecionar a melhor proposta, utilizando-se de outras formas capazes de resguardar a isonomia e a impessoalidade da contratação.

Deve o administrador observar o princípio da anualidade do orçamento. "Logo, não pode o agente público justificar o fracionamento da despesa com várias contratações no mesmo exercício, sob modalidade de licitação inferior àquela exigida pelo total da despesa no ano, quando isto for decorrente da falta de planejamento." - Manual TCU.

Cumpra destacar que esses limites não devem ser considerados isoladamente para cada contratação. Ao contrário, devem ser somadas parcelas de um mesmo objeto e objetos de mesma natureza, sendo que no caso de obras e serviços, aqueles executados no mesmo local. A nova Lei tenta conferir maior segurança jurídica ao gestor, dando um norte quanto ao período a ser considerado e ao conceito de objetos de mesma natureza, consoante previsão do art. 75, § 1º.

Esta orientação abaixo foi consagrada também em publicação oficial do TCU intitulada Licitações e Contratos - Orientações Básicas, Brasília. Vejamos:

"É vedado o fracionamento de despesa para adoção de dispensa de licitação ou modalidade de licitação menos rigorosa que a determinada para a totalidade do valor do objeto a ser licitado. Lembre-se fracionamento refere-se à despesa."

"Atente para o fato de que, atingindo o limite legalmente fixado para dispensa de licitação, as demais contratações para serviços da mesma natureza deverão observar a obrigatoriedade da realização de certame licitatório, evitando a ocorrência de fracionamento de despesa." Acórdão 73/2003 - Segunda Câmara.

"Realize, nas compras a serem efetuadas, prévio planejamento para todo o exercício, licitando em conjunto materiais de uma mesma espécie, cujos potenciais fornecedores sejam os mesmos, de forma a racionalizá-las e evitar a fuga da modalidade licitatória prevista no regulamento próprio por fragmentação de despesas" Acórdão 407/2008 - Primeira Câmara.

DISPENSA DE LICITAÇÃO NOS TERMOS DA LEI FEDERAL 14.133/2021 de 01/04/2021, PARA COMPRAS E SERVIÇOS

Conforme a Lei Federal acima mencionada ficou alterado o valor para a dispensa de licitação para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos), no caso de outros serviços e compras, cabendo registrar que os referidos valores serão



**PEDRA
BRANCA**

ALMUNICIPAL DE PEDRA BRANCA



duplicados para compras, obras e serviços contratados por consórcio público ou por autarquia ou fundação qualificadas como agências executivas na forma da lei.

Trata-se da hipótese de dispensa de licitação mais comum na rotina do administrador público, sendo um importante instrumento de gestão, pois permite atender às demandas de caráter e eventual, muitas vezes urgentes.

A correta caracterização da dispensa em razão do valor pressupõe uma rica e criteriosa pesquisa de preços no mercado, como forma de combater a tendência de os preços se aproximarem do valor limite da contratação ou, em outras palavras, evitando que o procedimento, por ser menos formalista, induza o sobrepreço.

De fato, os fornecedores, ao vislumbrarem a possibilidade de se obterem ganhos maiores em um processo no qual a competição é mais limitada, tendem a inflar suas propostas, induzindo a administração a uma contratação antieconômica.

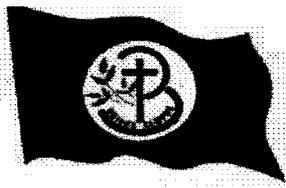
Nas palavras do doutor Marçal Justen Filho (2004, p. 236)1,

"A pequena relevância econômica da contratação não justifica gastos com uma licitação comum. A distinção legislativa entre concorrência, tomada de preços e convite se filia não só à dimensão econômica do contrato. A lei determinou que as formalidades prévias deverão ser proporcionais às peculiaridades do interesse e da necessidade pública. Por isso, tanto mais simples serão as formalidades e mais rápido o procedimento licitatório, quanto menor for o valor a ser despendido pela Administração Pública."

Por fim, na inteligência de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, em Contratação Direta sem licitação, Ed. Brasília Jurídica, 5a Edição, p. 289:

"Para que a situação possa implicar dispensa de licitação, deve o fato concreto enquadrar-se no dispositivo legal, preenchendo todos os requisitos. Não é permitido qualquer exercício de criatividade ao administrador, encontrando-se as hipóteses de licitação dispensável previstas expressamente na lei, *numerus dausus*, no jargão jurídico, querendo significar que são aquelas hipóteses que o legislador expressamente indicou que comportam dispensa de licitação".

A lei autoriza a contratação direta quando o valor envolvido for de pequena relevância econômica para se iniciar um processo licitatório e sendo assim presente contratação atende ao disposto no Art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133/2021.



**PEDRA
BRANCA**

CONSTITUÍDO EM 1964



REQUISITOS MÍNIMOS PARA UM PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

I - ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA E/OU PROJETO BÁSICO

Apesar de menos formalista, em comparação com o processo licitatório, o processo administrativo para compra e/ou contratação por dispensa de licitação possui vários requisitos essenciais ao alcance de suas finalidades de forma eficiente e econômica.

Na verdade, o processo de **dispensa de licitação** neste caso, muito se assemelha à fase interna de uma licitação. A elaboração das especificações técnicas do objeto e das condições da contratação ou fornecimento constitui elemento essencial na condução de qualquer processo administrativo para contratação.

A sua importância está assim definida na nova Lei de Licitações, capítulo

II - Fase Preparatória, artigo 18, o qual dentre diversos incisos, descrevemos alguns, senão vejamos:

Lei nº 14.133/2021

CAPÍTULO II - DA FASE PREPARATÓRIA

Seção I - Da Instrução do Processo Licitatório

Art. 18. (...)

(...)

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

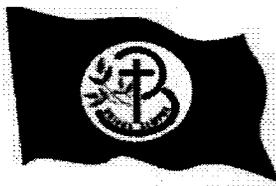
(...)

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

(...)

Isso se deve ao fato de que o termo de referência (ou projeto básico) contém as principais informações referentes ao objeto, as quais servirão de parâmetro



**PEDRA
BRANCA**

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA



tanto para o julgamento das propostas (e escolha da proposta mais vantajosa), quanto para a formalização e execução do contrato ou fornecimento.

JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO E/OU CONTRATAÇÃO

A justificativa da contratação, elaborada pela unidade requisitante, especificou as razões de fato e de direito que fundamentam a demanda da contratação que se pretende contratar, apontando claramente os benefícios a serem alcançados pela contratação.

Portanto, a justificativa apresentada, demonstrou que a contratação se encontra plenamente adequada ao seu objetivo, além de evidenciar que o objeto da dispensa de licitação seria a melhor (ou única) solução capaz de satisfazer as necessidades do(a) Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social.

Esse mesmo suporte fático de que utiliza o gestor para justificar a contratação também servirá de base para a caracterização da hipótese de dispensa ou inexigibilidade verificada no caso concreto, a exemplo da contratação fundamentada no Art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133 de 1 de abril de 2021.

DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE

A proponente A V V ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA foi selecionada através de dispensa eletrônica de licitação, apresentando sua proposta compatível com a realidade dos preços praticados no mercado em se tratando de produto ou serviço similar, tendo inclusive a proponente comprovado de que preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária. Portanto, pode a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

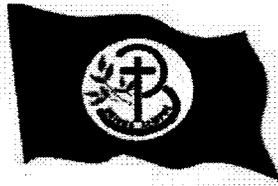
JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Procedeu-se a dispensa de licitação na forma eletrônica, concluindo ao final da sessão pública que a proposta mais vantajosa foi apresentada pelo(a) proponente A V V ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF Nº 53.775.924/0001-26, com o valor de R\$ R\$ 32.500,00 (trinta e dois mil, quinhentos reais).

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

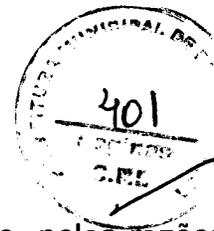
A Comissão de Contratação do(a) Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social, no uso de suas atribuições legais e, considerando o que consta deste processo administrativo, vem emitir a presente Declaração de Dispensa de Licitação, fundamentada no Art. 75, inciso II da Lei Federal 14.133 de 1 de abril de 2021, para a contratação pretendida através da proponente A V V ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF Nº 53.775.924/0001-26.

E, sendo assim comunicamos à(a) Sr(a) JOHN CARLOS SOUZA GALDINO da presente declaração, para que se proceda à análise dos procedimentos adotados e a devida ratificação e publicidade da Dispensa de Licitação.



**PEDRA
BRANCA**

ALMORÇADORIA Nº 001/2024



Este é o entendimento da Comissão de Contratação, pelas razões expostas neste documento, o qual sugerimos ainda, que a presente justificativa, seja encaminhada à assessoria jurídica, para a elaboração de parecer sobre o assunto.

Pedra Branca/CE, 30 de outubro de 2024

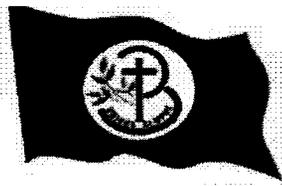
PEDRO AMARO NUNES
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

LUCIANA MOREIRA DA SILVA

EQUIPE DE APOIO

FRANCISCO THADEU MATOS DE ASSIS

EQUIPE DE APOIO



**PEDRA
BRANCA**

ATO 7071/2024



MEMORANDO

À sua senhoria, o(a) Senhor(a)
JOHN CARLOS SOUZA GALDINO
Ordenador(a) de Despesas
Pedra Branca - CE

Assunto: Encerramento da licitação

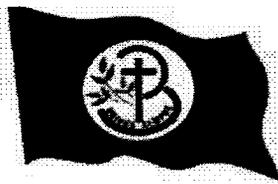
Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente para comunicar à Vossa Senhoria que encontram-se encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, alusivos ao processo licitatório nº 018/2024-DE na modalidade Dispensa, constante do processo administrativo nº 049/2024.

Em observância ao estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, encaminho à Vossa Senhoria o processo licitatório para que adote as providências cabíveis.

Para auxiliar na análise e nas decisões subsequentes, anexeï a nota técnica detalhada referente ao certame. Este documento contém informações cruciais sobre a condução do processo, a metodologia aplicada, e os resultados alcançados, garantindo uma compreensão abrangente e precisa de todo o procedimento licitatório.

PEDRA BRANCA/CE, 30 de outubro de 2024


PEDRO AMARO NUNES
AGENTE DE CONTRATAÇÃO



**PEDRA
BRANCA**

ADMINISTRAÇÃO 2021/2024



NOTA TÉCNICA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 049/2024

Assunto: Encaminhamento de Procedimento Licitatório à Autoridade Competente para Adjudicação e Homologação

1. Introdução

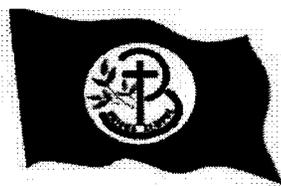
A implementação deste procedimento de contratação direta foi cuidadosamente alinhada às práticas avançadas de contratação pública global, com foco especial em atender os objetivos estratégicos de eficiência, economicidade e conformidade estabelecidos pelas diretrizes governamentais mais recentes. Realizado sob as disposições do Art. 75, § 3º da Lei nº 14.133/2021, este processo destacou a importância crítica de transparência e competitividade em contratações diretas. Através da publicação do aviso de contratação direta no portal eletrônico oficial, não somente cumprimos com as exigências legais, mas também criamos um canal eficaz para atrair um número diversificado de propostas competitivas, fortalecendo assim a integridade e a transparência do processo.

A adoção de tais práticas não apenas responde às necessidades imediatas da administração mas também estabelece um precedente para a realização de práticas de contratação que são fiscalmente prudentes e estrategicamente eficazes. Além disso, reflete o compromisso do órgão com a inovação contínua e a adaptação das práticas de contratação para melhor atender às demandas dinâmicas do mercado e às crescentes expectativas sociais, garantindo que as decisões tomadas maximizem os benefícios para o público e a eficiência no uso dos recursos públicos.

2. Contexto Jurídico e Decisões Normativas

A Lei nº 14.133/2021 estabelece um quadro jurídico detalhado que redefine as normas para a dispensa de licitação, enfatizando a necessidade crucial de transparência através da publicação de avisos em sítios eletrônicos oficiais das entidades governamentais. Esta exigência, particularmente relevante em casos motivados por questões de valor, visa não somente aumentar a transparência mas também estimular a competitividade no mercado, atraindo um maior volume de propostas vantajosas. A publicação desses avisos, mantida por um período mínimo de três dias úteis como especificado no Art. 75, § 3º, serve como um mecanismo preventivo contra práticas de favorecimento e corrupção, garantindo uma seleção de ofertas justa e equitativa.

Embora a divulgação do aviso não seja mandatória em todas as situações, ela é altamente recomendada como uma prática de governança responsável que fortalece a integridade do processo de contratação direta. Este método não só



**PEDRA
BRANCA**

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA



alinha-se à legislação vigente, mas também promove um ambiente de concorrência saudável, crucial para a obtenção de termos contratuais favoráveis.

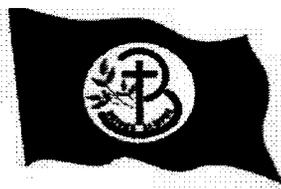
Ao realizar um processo de contratação direta por meio de uma plataforma eletrônica, conforme estipulado pelo Art. 75, § 3º da Lei nº 14.133/2021, o envio de múltiplas propostas de preços por diferentes interessados destaca a eficácia do sistema em promover tanto a transparência quanto a competitividade. A legislação vigente enfatiza a importância de publicar avisos que incentivem uma participação ampla e diversificada, garantindo que o processo de seleção alcance as melhores condições de mercado disponíveis.

Neste contexto, a recepção de várias propostas através da plataforma eletrônica é um indicativo de que o processo foi bem-sucedido em atrair um leque variado de ofertas, permitindo que a administração pública avalie e escolha a mais vantajosa de forma justa e objetiva. Essa prática não apenas cumpre com os requisitos legais para a contratação direta, mas também assegura que o procedimento respeite os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, fundamentais para a administração pública.

A administração deve proceder com a adjudicação e homologação se o preço proposto estiver alinhado com o mercado e justificado pelos termos do processo, respeitando os princípios fundamentais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Esta prática assegura que as aquisições públicas sejam efetuadas de maneira eficiente, mesmo diante de uma competição limitada, sem comprometer os princípios de governança e responsabilidade fiscal.

Ademais, é essencial destacar que o processo concluído sem disputa competitiva após a publicação devida do aviso não é um fenômeno raro e não obstrui a conclusão da contratação direta, desde que os procedimentos estipulados por lei sejam rigorosamente seguidos. Essa ocorrência sublinha a necessidade de uma análise detalhada e uma justificação robusta para a escolha efetuada, garantindo que a proposta aceita esteja em conformidade com os critérios de economicidade, eficiência e adequação às necessidades do órgão. O processo deve ser meticulosamente documentado, incluindo a justificativa para a ausência de disputa e a demonstração de que os preços e condições propostos estão alinhados com o mercado e os interesses públicos.

Finalmente, a legislação apoia a validade da contratação direta mesmo em situações sem competição, desde que todos os requisitos de transparência e justificação econômica sejam rigorosamente cumpridos. Isso é crucial para manter a integridade do processo de contratação pública e garantir que mesmo em casos de oferta única, o processo seja conduzido de maneira ética e eficiente, com resultados que atendam ou superem as expectativas de valor e qualidade necessárias.



3. Justificação para Adjudicação e Homologação

O processo de adjudicação foi apoiado por uma análise meticulosa e objetiva da compatibilidade dos preços ofertados com os valores de mercado, baseando-se em uma metodologia de pesquisa de preços abrangente e documentada nos autos do processo. Esta análise assegurou a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública, respeitando os princípios de imparcialidade e justiça.

A estrutura do processo foi intencionalmente desenvolvida para promover uma competitividade indireta, com a possibilidade de negociação direta após a fase de julgamento, permitindo que a administração negocie condições mais benéficas. A decisão de adjudicação, baseada não só em preço mas também considerando qualidade e sustentabilidade, reflete um compromisso com uma gestão fiscal responsável e com padrões elevados de governança pública.

4. Encaminhamento para Decisão

Este procedimento é encaminhado com a recomendação firme de adjudicação ao fornecedor selecionado, seguida pela homologação do resultado. Essa etapa é vital para concluir o processo licitatório, permitindo a execução contratual eficiente e garantindo a continuidade das operações desta unidade.

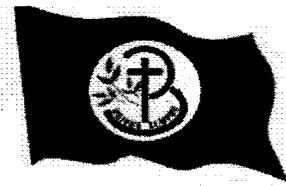
A seleção foi alinhada com as diretrizes modernas de contratação pública, enfatizando transparência, eficiência e economicidade. A metodologia de pesquisa de preços confirmou que os preços propostos estão alinhados com as condições de mercado, assegurando que a oferta escolhida seja não apenas vantajosa mas também justa e competitiva.

5. Conclusão e Recomendações Finais

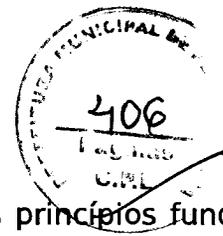
Este processo de contratação direta, realizado sob o amparo da Lei nº 14.133/2021, exemplifica a eficácia das reformas legislativas, destacando a adaptabilidade e a prontidão da administração pública em responder às necessidades emergentes. A condução do processo com rigoroso cumprimento dos procedimentos legais e normativos ilustra o compromisso com a transparência, a eficiência e a integridade.

A implementação deste processo resultou em uma melhoria significativa na transparência e eficiência das contratações públicas, alinhando-se aos melhores padrões de práticas internacionais. A publicação do aviso de contratação direta, conforme estipulado pelo Art. 75, § 3º da Lei nº 14.133/2021, atraiu propostas adicionais, ampliando a competitividade e fortalecendo a legitimidade do processo. A recepção de múltiplas propostas demonstra a eficácia deste método em garantir uma seleção aberta e equitativa, mesmo em um contexto onde a competição poderia ser percebida como limitada.

Este caso ressalta a necessidade crítica de uma análise detalhada e justificação econômica para a escolha feita, garantindo que a proposta aceita esteja em conformidade com os critérios de economicidade e eficiência e atenda de forma adequada às necessidades do órgão. A documentação meticulosa do processo, incluindo justificações para a ausência de competição e alinhamento com o



**PEDRA
BRANCA**
MUNICÍPIO DE PEDRA BRANCA - CEARÁ
FUNDAÇÃO 2021/2024



mercado, assegura a transparência e o cumprimento dos princípios fundamentais da legislação.

Deste modo, recomenda-se a adjudicação do contrato ao fornecedor selecionado e a homologação do resultado, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Art. 72, especificamente o inciso VIII, que exige a autorização da autoridade competente para a conclusão do processo. Esta recomendação culmina com a autorização formal da autoridade competente, assegurando que todas as etapas do processo sejam validadas conforme exigido pela legislação vigente.

Portanto, este processo não apenas valida a eficácia da Lei nº 14.133/2021 em promover reformas necessárias nas práticas de contratação pública, mas também sublinha a importância de continuar a evoluir e adaptar esses procedimentos para atender às necessidades dinâmicas da governança pública.

Assim, conclui-se que o processo de contratação direta foi realizado de maneira ética e eficiente, com resultados que atendem ou superam as expectativas de valor e qualidade necessárias, fortalecendo a confiança pública na integridade dos processos licitatórios.

PEDRA BRANCA/CE, 30 DE OUTUBRO DE 2024


PEDRO ANARO NUNES
AGENTE DE CONTRATAÇÃO